

Desenvolvimento turístico em territórios insulares de pequena dimensão de transição: O caso dos Açores

FRANCISCO ANTÓNIO DOS SANTOS DA SILVA * [francisco.silva@eshte.pt]

JOSÉ MANUEL HENRIQUES SIMÕES ** [jmsimoes@campus.ul.pt]

Resumo | Muitos dos territórios insulares de pequena dimensão (TIPD), com economias relativamente pouco competitivas, encontram no turismo uma oportunidade de desenvolvimento. Dadas as suas particularidades, a investigação em torno dos destinos insulares tem vindo a adquirir relevância crescente, assumindo-se que estes territórios apresentam importantes traços em comum. Neste artigo, que começa por abordar diferentes realidades geográficas, o objetivo é apresentar as bases de uma proposta de planeamento e modelo turístico para TIPD de transição, aplicada aos Açores, como estudo de caso. Para se chegar a esta proposta recorreu-se ao levantamento do estado da arte sobre o turismo em ilhas, reforçado por uma investigação empírica com recurso a questionários aplicados a um conjunto alargado de *stakeholders* do turismo dos Açores.

Palavras-chave | Planeamento turístico, Desenvolvimento, Turismo em ilhas, Açores.

Abstract | In many small island states and territories (SIST), with relatively uncompetitive economies, tourism represents a development opportunity. Given its characteristics, the research on island destinations has gained increasing relevance, being assumed that these territories have important features in common. In this article, which begins by addressing different geographical realities, the goal is to present the basis of a planning proposal and model for tourist development for transition SIST, applied to the Azores, as a study case. To develop this proposal, a literature review on state of the art research on island tourism was carried out, followed by an empirical investigation using questionnaires that were applied to a wide range of stakeholders in tourism in the Azores.

Keywords | Tourism planning, Development, Island tourism, Azores.

* **Doutor em Geografia** pela Universidade de Lisboa. **Professor Adjunto** na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

** **Doutor em Geografia** pela Universidade de Lisboa. **Professor Catedrático** no Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

1. Enquadramento e metodologia

O crescimento e dispersão da atividade turística têm impulsionado o desenvolvimento de novos destinos, em particular de muitos territórios insulares de pequena dimensão (TIPD) (Butler, 1993). Mas as oportunidades associadas ao desenvolvimento turístico são acompanhadas por uma concorrência crescente e por desafios, que exigem uma resposta adequada por parte dos destinos.

Os TIPD têm vindo a adquirir uma importância significativa na investigação teórica e aplicada, quer no âmbito da economia geral, quer focalizada no desenvolvimento turístico (Baldacchino 2007; Butler, 1993; Ioannides, 1994; McElroy, 2006; Royle, 2001). Atualmente, a investigação em torno destes destinos considera a existência de dois grandes grupos de TIPD: as ilhas de águas quentes e as de águas frias (Baldacchino, 2006).

Contudo, neste estudo considera-se que existem diversos destinos insulares que não se enquadram em nenhum desses dois grupos, mas que apresentam especificidades que justificam a constituição de um terceiro grupo que aqui se designa por TIPD de transição. Esta análise, suportada no estudo mais detalhado desenvolvido em Silva (2013), comporta duas escalas de abordagem, uma mais macro, que se refere ao desenvolvimento

económico e turístico dos TIPD, e outra aplicada ao arquipélago dos Açores, recorrendo a uma investigação empírica através da aplicação de questionários a vários grupos de *stakeholders* do turismo da região. Como principal objetivo visa-se apresentar as bases de uma proposta de planeamento e modelo turístico para TIPD de transição, em particular aplicada aos Açores.

Dado existirem diversos estudos sobre a perceção dos residentes e dos turistas na região (Moniz, 2009; SREA, 2007a; SREA, 2007b), optou-se por direcionar os questionários para os *stakeholders* primários do turismo (Tkaczynski, Rundle-Thiele, & Beaumont, 2009), e os secundários que se consideraram mais relevantes (Quadro 1). A seleção dos grupos de *stakeholders* e dos casos a inquirir baseou-se em fatores como o reconhecimento, a atributabilidade e, especialmente, a relevância, entendida como a ligação de cada um dos atores à atividade do turismo.

Sendo o universo destes grupos na sua generalidade conhecido e limitado (554 casos), optou-se por enviar o questionário para todos os casos do universo (por correio postal ou eletrónico), correspondendo a amostra ao total de respostas (302 casos). Os resultados possuem um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 3,81% (Flick, 2005).

Quadro 1 | Inquiridos por ilha de residência e por grupo de *stakeholders*.

Stakeholders	SMA	SMI	TER	SJO	GRA	PIC	FAI	COR	FLO	Total	T. %
ATMT - Animação turística e marítimo-turística	3	22	8	4	0	9	9	1	3	59	19,5
AV – Agências de viagens e turismo	0	8	1	4	0	0	3	0	0	16	5,3
ALT - Alojamento turístico	6	20	7	6	3	8	12	0	5	67	22,2
GT - Guias turísticos	1	15	6	1	0	16	4	0	0	43	14,2
ONG - Organizações não-governamentais	2	8	15	1	1	5	3	0	1	36	11,9
I&E - Investigadores e especialistas	2	9	6	1	0	0	4	0	0	22	7,3
GR - Entidades do Governo Regional	1	6	4	0	1	2	5	0	1	20	6,6
PL - Poder Local (municípios)	2	10	5	4	3	7	1	3	4	39	12,9
Total de inquiridos (n.º)	17	98	52	21	8	47	41	4	14	302	

Fonte: Elaboração própria.

Na análise estatística foram considerados como variável independente os grupos de *stakeholders*, optando-se pelo teste Kruskal-Wallis para estabelecer a comparação entre esses grupos, por ser uma técnica não-paramétrica que não exige normalidade das distribuições, e ser mais adequada quando se trabalha com variáveis medidas numa escala ordinal, como a de Likert, e com grupos de pequena dimensão (Vargha & Delaney, 1998).

2. Geografia dos TIPD

A representação mental da insularidade está muito associada ao exotismo, isolamento e à autenticidade, criando uma mística que se reflete numa imagem atrativa para os turistas (Baldacchino, 2006; Butler, 1993). Apesar da existência de padrões comuns associados à insularidade, as realidades geográficas desses territórios são múltiplas.

Segundo Falkland (1993, p. 264), as “ilhas de grande dimensão tendem a ter características e problemas semelhantes aos dos continentes, enquanto as pequenas têm um conjunto de problemas particulares”. O isolamento, a dimensão, a dispersão territorial, a disponibilidade de recursos, o clima, os fatores políticos, a cultura e o nível de desenvolvimento económico são elementos diferenciadores que permitem uma multiplicação de realidades, mas simultaneamente criam elos e especificidades comuns.

No que se refere às ilhas de pequena dimensão, a investigação em turismo tem sido dirigida essencialmente para as ilhas tropicais, ligadas ao exotismo, ou mesmo ao ideal paradisíaco, agrupadas no que se estabeleceu designar por “ilhas de águas quentes” (Baldacchino, 2006). Mais recentemente, os estudos em turismo alargaram-se ao grupo de ilhas localizadas em latitudes mais elevadas, designados por ‘ilhas de águas frias’.

Enquanto o turismo nas ilhas de águas quentes está essencialmente focalizado no produto balnear e turismo de massas, as ilhas de águas frias podem

ser encaradas como ‘contra-lugares’ (Gössling & Wall, 2007), em que o clima e natureza ‘agrestes’, temperaturas da água do mar pouco apelativas para banhos e baixa densidade populacional, são algumas das características marcantes destes lugares que condicionam o seu desenvolvimento turístico (Butler, 2006).

Apesar da generalidade dos TIPD se encontrarem em latitudes baixas, caracterizadas por climas quentes, ou nas regiões com climas frios, é necessário considerar que existe um grupo de TIPD relativamente restrito, localizados em latitudes médias. Estes territórios, aqui designado por TIPD de transição, apresentam alguma potencialidade para o turismo balnear, especialmente no verão, mas sem que este produto assuma um peso determinante. Com sazonalidade mais vincada e menos atrativas do que as ilhas de águas quentes para o turismo de massas, os produtos de nicho ganham maior relevância neste grupo, em particular os associados à natureza e à cultura (Silva, 2013).

3. Planeamento e desenvolvimento turístico nos TIPD

A oportunidade de desenvolvimento associada ao turismo nos TIPD encerra um conjunto de desafios, dos quais se destacam a necessidade de constituição de um destino turístico competitivo à escala global, com aportes que se traduzam essencialmente na melhoria da qualidade de vida das populações e na valorização do património.

A importância da aposta no turismo acentua-se pelo facto de frequentemente se tratarem de territórios com acessibilidades condicionadas e mercados de pequena dimensão, fatores que limitam significativamente a competitividade da economia e o seu nível de resiliência (Croes, 2006).

O desenvolvimento turístico desses destinos está dependente de múltiplos fatores internos e externos. Se as suas características geográficas e disponibili-

dade de recursos condicionam o desenvolvimento turístico, não é de menosprezar a capacidade das suas sociedades se organizarem e estabelecerem condições para o promover. Neste contexto, o planeamento é um elemento crítico para o desenvolvimento a longo prazo desses destinos (Hall, 2008).

As orientações gerais ao nível do planeamento estratégico podem ser sintetizadas através de modelos teóricos de desenvolvimento, que constituem uma simplificação refinada e formal da realidade, com incorporação dos paradigmas vigentes e adequados à realidade geográfica, temporal e cultural que pretendem representar (Brunet, 2000).

Os paradigmas associados ao planeamento turístico são evolutivos, podendo considerar-se que atualmente este consiste num processo integrado, abrangente, prospetivo, contínuo, dinâmico e participativo (Beni, 2006). Outra tendência reside na perda de peso dos modelos turísticos que adotam uma abordagem mais economicista, em detrimento dos que adotam uma perspetiva holística e apresentam como visão a sustentabilidade (Getz, 1986), que é ainda mais relevante para os destinos de pequena dimensão e com forte identidade como é o caso de muitos dos TIPD (Butler, 1993) e, em particular, os de transição.

Num contexto de globalização e de forte concorrência entre os destinos, os territórios necessitam de definir estratégias para ganhar vantagens competitivas. Muitos destinos dos países mais desenvolvidos

dependem hoje bastante do turismo doméstico e de proximidade, vantagem que a maioria dos TIPD não usufrui. Estes territórios são geralmente bastante mais dependentes dos mercados emissores externos, com os turistas internacionais a serem importantes embaixadores da globalização. As especificidades destes territórios, em particular a sua reduzida dimensão geográfica e demográfica, o isolamento, as dificuldades de acessibilidade, as debilidades económicas e os recursos limitados, condicionam o seu desenvolvimento turístico e justificam a adoção de modelos próprios (Baldacchino, 2007; Butler, 1993; Royle, 2001).

Os turistas são necessariamente um dos elementos principais deste processo, sendo essencial assegurar a sua satisfação, promovendo uma elevada qualidade das experiências turísticas e uma resposta adequada às suas expectativas, o que é determinante para a competitividade dos destinos (Go & Govers, 2000). Simultaneamente, é necessário agir controlando os fluxos e processos para assegurar que os visitantes não se tornem demasiado intrusivos e os impactos socioculturais e ambientais da atividade sejam suportáveis.

Assim, considera-se existirem três elementos principais do sistema turístico dos TIPD: turistas, comunidade e ambiente, que são complementados por três vetores estritamente associados entre si: qualidade da oferta turística, satisfação dos visitantes e competitividade do destino (Figura 1).

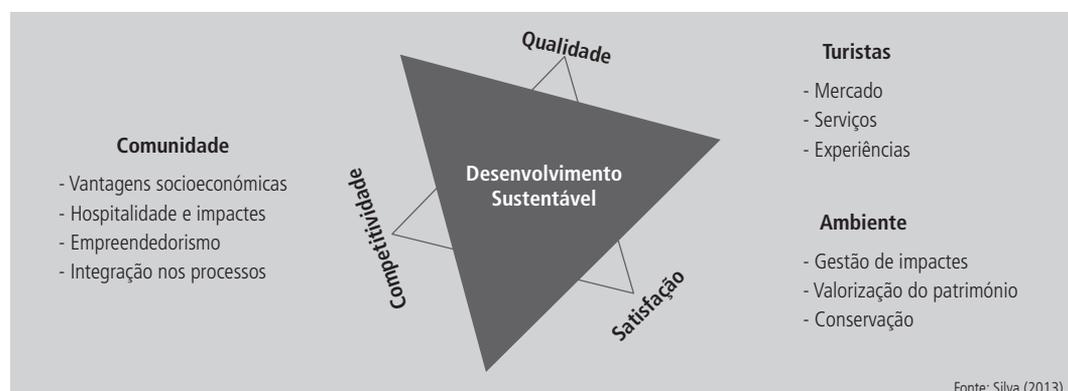


Figura 1 | Vetores estruturantes do desenvolvimento turístico sustentável.

Promover o desenvolvimento turístico numa lógica de sustentabilidade exige que se assegure o equilíbrio entre estes três vetores do sistema turístico, que poderá ser conseguido desde que se promova uma boa governança, com elevado nível de intervenção de todos os *stakeholders*, e a monitorização continuada da atividade, incluindo a auscultação dos turistas e da comunidade local (Burns, 2004).

A escassez de recursos turísticos, humanos e financeiros de muitos dos TIPD obriga a que o desenvolvimento turístico tenha de ser suportado nos recursos endógenos e nos fatores de diferenciação em relação a destinos com elevada capacidade competitiva. Considerando a diversidade de realidades geográficas dos TIPD, os modelos de desenvolvimento devem considerar as especificidades de cada território e a sua integração no espaço global, que determina em grande medida a procura. Ou seja, partindo dos recursos, especificidades territoriais, mercados, capacidade competitiva e investimento, deve ser definido o modelo mais adequado para promover o desenvolvimento turístico que responda às necessidades das comunidades locais, do setor e dos visitantes a curto, médio e longo prazo.

Supportando-se no 'síndrome do paraíso', muitos dos TIPD, nomeadamente do grupo das águas quentes, têm optado por modelos de desenvolvimento turístico com base na procura (Croes, 2006) e no produto banhar, com o turismo de cruzeiros e o náutico a ganharem também uma expressão significativa. Em simultâneo, muitas destas pequenas economias insulares apostaram no *cluster* financeiro (*offshore financial centres*). Este é um modelo de desenvolvimento predominantemente exógeno, com os setores do turismo e o financeiro a serem dominados por grandes companhias internacionais (Croes, 2006; Pattullo, 2003).

Em oposição, as ilhas de águas frias apresentam maiores limitações ao desenvolvimento turístico e, sem produtos de massas, resta-lhes apostar no turismo de nichos associados à natureza e à cultura (Butler, 1993; Baldacchino, 2006).

4. Especificidades dos destinos insulares de transição

Sem a atratividade das ilhas de águas quentes, o modelo de desenvolvimento turístico para a generalidade dos TIPD de transição dificilmente poderá ser centrado na procura, sendo necessário que estas regiões invistam significativamente a nível da oferta, criando condições para que esses destinos se consigam afirmar pela qualidade, autenticidade, especificidades regionais e pela possibilidade de oferecer experiências distintas aos visitantes (Silva, 2013).

Estes destinos têm a oportunidade de explorar a imagem mental dos turistas associada à insularidade, que vai para além do idílico tropical. De facto, a sedução em torno das ilhas está também relacionada com o facto de estas serem geralmente percebidas como locais de evasão e de busca de identidades perdidas, que mantêm muitos valores tradicionais, uma natureza 'intacta', populações hospitaleiras e elevado nível de segurança (Bernardie-Tahir, 2005; Lowenthal, 2007). Assim, os fatores diferenciadores e catalisadores da competitividade destes territórios deverão estar ancorados no seu património ambiental e cultural e na exploração do forte valor simbólico associado à insularidade.

Outra oportunidade destes destinos resulta de um dos paradoxos associados ao idílico insular. A atratividade de muitos dos destinos insulares das regiões tropicais, subtropicais e mediterrânicas, foi acompanhada por uma elevada procura e por um turismo predominantemente de massas, com resultados que se traduziram frequentemente na excessiva artificialização dos principais espaços turísticos desses destinos e numa autenticidade encenada (Cole, 2007; Uriely, 2005). Como refere Pattullo (2003), apesar de atraídos pelo exotismo das ilhas e por uma natureza 'virgem', a maioria dos turistas acaba por se concentrar em sítios turísticos fortemente artificializados.

Esta realidade deixa espaço para as ilhas com menor procura turística, que assim podem responder aos anseios dos 'verdadeiros' consumidores de

destinos de evasão e que buscam uma autenticidade mais genuína (Uriely, 2005).

Situadas entre as 'idílicas' ilhas tropicais e as de águas frias, com climas agrestes e autênticos territórios de aventura, as ilhas de transição respondem um pouco aos 'dois mundos', apresentando climas amenos, com uma natureza e um mar convidativo e boas condições para viajar, mantendo a mística associada aos espaços de escape, evasão, aventura, exotismo, beleza natural e autenticidade. Esta abrangência confere a estes destinos uma ampla possibilidade de mercados, especialmente junto dos turistas mesocêntricos e aventureiros.

Como produtos estratégicos, os TIPD de transição contam essencialmente com o turismo na natureza e o náutico, complementados com outros como o cultural, o *touring*, o banhar ou o turismo de cruzeiros, consoante as especificidades de cada território (Silva, 2013). A natureza constitui, geralmente, o elemento central da atratividade e das representações destes territórios, ganhando força tanto por ser a base de um produto turístico com múltiplos segmentos, como pela forte associação aos conceitos da sustentabilidade e autenticidade (Moniz, 2009).

5. Turismo: Setor estratégico para os Açores

Localizado nas latitudes médias, em pleno Atlântico Norte, o arquipélago dos Açores é um território fragmentado, isolado e de pequena dimensão, que não se enquadra em nenhum dos dois principais grupos reconhecidos pela investigação de turismo em ilhas. Mesmo dentro do grupo de ilhas localizadas nas latitudes médias, os Açores diferenciam-se dos TIPD com verões mais secos e quentes, como é o caso da maioria das ilhas mediterrânicas, que têm uma forte expressão do turismo banhar e usufruem ainda da vantagem de se localizarem mais próximas dos principais mercados.

Apesar de nos Açores o produto sol e mar (bal-

near) ser relativamente limitado, comparativamente com as ilhas de águas frias, o potencial turístico associado às atividades de mar é significativamente mais expressivo, em particular no que se refere ao turismo náutico.

Mas é indiscutível que muitos dos principais traços identificadores dos TIPD estão bem pronunciados neste território, no ambiente, na economia e na sociedade açoriana. As especificidades geográficas e políticas regionais influem na forma e intensidade de cada um desses traços, criando uma individualidade própria.

O setor do turismo apenas recentemente ganhou expressão na região, mas rapidamente passou a ser encarado como um setor estratégico (Moniz, 2009; Silva, 2013). A aposta neste setor torna-se mais premente devido à economia açoriana estar muito dependente de setores tradicionais com baixo valor acrescentado e apresentar grandes dificuldades em termos de competitividade e inovação (Silva, 2013).

Apesar de no total nacional, os Açores, em 2012, receberem apenas 2,3% dos hóspedes e 2,4% das dormidas (INE, 2013), a importância do setor do turismo na economia local é bastante mais significativa do que esses dados parecem induzir. De facto, considerando as reduzidas superfície e população da região, os indicadores apontam para que os Açores tenham um peso da atividade turística semelhante ao da média nacional, com uma densidade da procura turística de 148,4 turistas por km², e um índice de saturação turística de 139,6. Já comparativamente com a Região Autónoma da Madeira, os valores da procura turística dos Açores são bastante baixos, quase nove vezes inferiores.

O desenvolvimento deste setor é assumidamente uma das principais prioridades da região, que está bem expressa nos instrumentos de planeamento e na vontade dos *stakeholders* (Moniz, 2009; Silva, 2013). Mas os sinais são mistos. Após um período de crescimento significativo da atividade, assiste-se, desde 2007, a uma certa estagnação da procura (INE, 2013; Silva, 2013), o que é motivo de grande preocupação, em especial porque têm sido reali-

zados importantes investimentos, particularmente na hotelaria. Parte desses investimentos estiveram associados a um modelo de desenvolvimento desadequado e a perspectivas de crescimento demasiado otimistas. De facto, o modelo de desenvolvimento turístico dos Açores não tem conseguido criar uma diferenciação positiva suficientemente forte, estando bastante aquém das suas potencialidades.

Segundo dados recolhidos pelo questionário aplicado aos *stakeholders* em 2012, estes consideram que a região apresenta grande potencial para desenvolvimento do turismo, especialmente devido ao seu rico património natural e à paisagem, mas simultaneamente apresentam um grau de satisfação relativamente baixo com as diversas variáveis e dimensões associadas ao planeamento e à gestão turística na região (Figura 2).

São identificados ainda outros elementos críticos associados ao planeamento e gestão turística e alguma insatisfação com a qualidade da oferta e o nível de competitividade do setor (Quadro 2).

Na comparação entre os grupos de *stakeholders* verifica-se uma dispersão relativamente elevada e algumas diferenças estatisticamente significativas, nas questões 1 e 3, em resultado do grupo GR (Entidades do Governo Regional) a apresentar uma avaliação significativamente mais elevada nas questões diretamente relacionadas com o planeamento e a gestão turística (Silva, 2013).

Os *stakeholders* evidenciam claramente um conjunto de hiatos e insatisfações relacionadas com o modelo de desenvolvimento turístico, e simultaneamente identificam os pontos fortes e as oportunidades a valorizar.

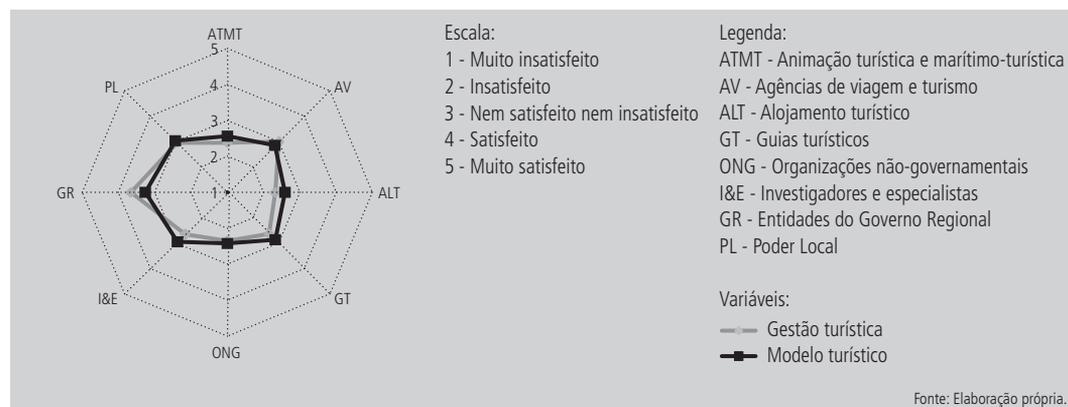


Figura 2 | Satisfação dos *stakeholders* com a política e gestão turística e com o modelo de desenvolvimento turístico vigente (2012).

Quadro 2 | Competitividade, planeamento e gestão turística na RAA (2012).

Grau de concordância com aspetos relacionados com o desenvolvimento turístico da RAA	\bar{X}	σ
1 - A gestão do turismo tem sido muito adequada para proporcionar o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma dos Açores (RAA).	2,91	0,99
2 - As entidades responsáveis pela gestão turística na RAA têm vindo a implementar o modelo definido no Plano de Ordenamento Turístico da RAA (POTRAA).	2,86	0,79
3 - O investimento turístico na RAA está a ser direcionado para os seus produtos e mercados estratégicos.	3,13	0,95
4 - A RAA é atualmente um destino turístico competitivo à escala internacional.	2,66	1,16

Legenda: Escala de avaliação: 1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-nem concordo nem discordo, 4-concordo, 5-concordo totalmente.

\bar{X} - média; σ - desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

Entre as forças predominam os aspetos relacionados com a natureza, paisagem e oferta de serviços de turismo na natureza. Já no que se refere às debilidades do destino destacam-se os problemas de acessibilidade (40,8%), seguido da relação qualidade / preço dos serviços (14,7%) e dos aspetos relacionados com o planeamento e gestão turística (12,0%).

Quanto ao potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos na região, os inquiridos destacam claramente o turismo na natureza (4,5) e o turismo náutico (4,3). Estas são também as duas variáveis em que os dados apresentam menor dispersão (quadro 2).

Num segundo nível destacam-se o *touring* cultural e paisagístico (3,7) e o produto saúde e bem-estar (3,6), seguindo-se o produto gastronomia e vinhos (3,3), turismo cultural (3,2), sol e mar (3,1) e turismo de cruzeiros (3,0), tendo os restantes produtos avaliação inferior a 3,0 (Quadro 3).

A par da unanimidade em torno da centralidade do produto turismo natureza nos Açores, estes *stakeholders* consideram que a oferta atual não é a mais adequada, identificando um importante desfasamento entre o estado atual da mesma nos diversos segmentos associados ao turismo na natureza e as suas potencialidades de desenvolvimento (Figura 3).

Para atenuar este desfasamento, estes agentes defendem o reforço do apoio ao setor, a melhoria da legislação e a implementação de medidas e ações para potenciar o turismo na natureza, como desenvolver a oferta de experiências, melhorar a promoção, diversificar a oferta e reforçar a aposta na formação e qualificação dos técnicos de turismo na natureza.

Os dados obtidos confirmam a especificidade do destino, que não apresenta as potencialidades típicas dos destinos insulares de águas quentes, mas também se distancia dos destinos de águas frias, especialmente pela importância dos produtos turísticos ligados ao mar.

Quadro 3 | Potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos na RAA (2012).

Produtos:	\bar{X}	σ
Turismo na natureza	4,50	0,64
Turismo náutico (excluindo cruzeiros)	4,25	0,78
<i>Touring</i> cultural e paisagístico	3,71	0,95
Saúde e bem-estar	3,56	0,96
Gastronomia e vinhos	3,33	0,93
Turismo cultural	3,23	0,96
Sol e mar	3,09	1,10

Produtos:	\bar{X}	σ
Turismo de cruzeiros	3,01	1,03
Turismo de negócios e congressos	2,96	1,02
Golfe	2,91	0,98
<i>City breaks</i>	2,86	1,03
Turismo religioso	2,80	0,98
Turismo residencial e <i>resorts</i>	2,77	0,98

Legenda: Escala de avaliação: 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-elevado, 5-muito elevado. \bar{X} - média; σ - desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

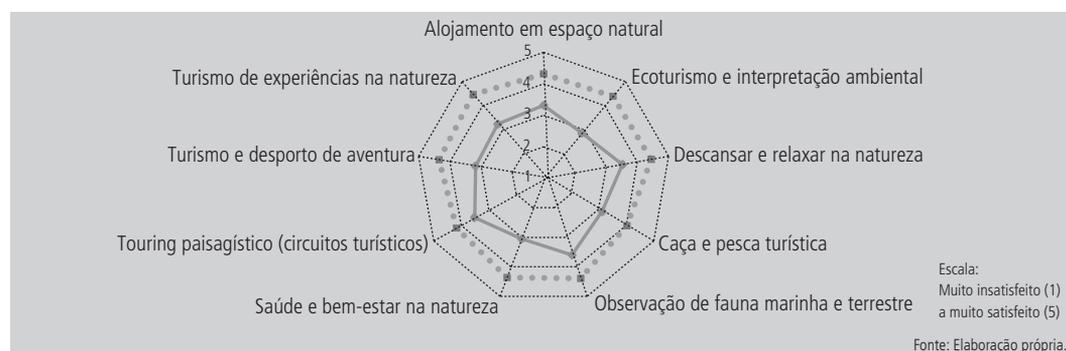


Figura 3 | Oferta versus potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos associados à natureza na RAA (2012).

Escala:
Muito insatisfeito (1)
a muito satisfeito (5)

Fonte: Elaboração própria.

Como seria de esperar, a relevância do turismo na natureza nos Açores repercute-se na oferta, existindo atualmente mais de uma centena de empresas de animação turística ou marítimo-turística que prestam serviços no âmbito do turismo na natureza. Este é um setor jovem dominado por microempresas, determinante para expandir o turismo de nichos na região, pelo que merece uma especial atenção por parte do Governo Regional.

Apesar do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores apontar para a necessidade dos Açores reforçarem a aposta no turismo de nichos, nos seus produtos estratégicos e na qualificação da oferta, a gestão turística da região só recentemente deixou de privilegiar uma política centrada na procura (Silva, 2013) e na promoção de alguns produtos que requerem elevados investimentos e com potencialidade limitada na região, como o golfe, o turismo de cruzeiros e a *meeting industry*. Simultaneamente, a estratégia de captação de turistas foi direcionada para um modelo de promoção e apoio a operadores de mercados generalistas, particularmente para o nacional e o escandinavo (Silva, 2013).

6. Modelo de desenvolvimento turístico para os Açores

Como apresentado anteriormente, os Açores são um território que não se enquadra em qualquer dos dois grupos considerados pela investigação em torno do turismo em ilhas, pelo que desde logo isso

justifica a necessidade e o cuidado em não adotar modelos de desenvolvimentos típicos das realidades insulares mais comuns.

Deste modo o modelo de desenvolvimento turístico para a região deve considerar as suas especificidades, que constituem tanto constrangimentos e desafios como oportunidades. Ser um caso 'especial' é desde logo um fator de diferenciação que pode ser catalisado para a afirmação do destino internacionalmente. Assim, o ponto de partida deverá ser uma visão que procure definir e reforçar a identidade dos Açores como um destino 'único' e de excelência.

Conforme apontam diversos estudos sobre o turismo na região (Moniz, 2009; Silva, 2013 SREA, 2007b), a aposta nas representações positivas associadas à insularidade e autenticidade, no turismo na natureza e de experiências, e num modelo que privilegia a qualidade e a sustentabilidade, são aspetos cruciais para a afirmação deste destino. Também os *stakeholders* do turismo apontam para a necessidade do destino reforçarem a sua identidade em torno da sustentabilidade e do turismo na natureza (Quadro 4).

Estes aspetos justificam que a solução para o desenvolvimento turístico da região deva ser ancorada numa estratégia a longo prazo, centrada nas forças e representações diferenciadoras, na melhoria da qualidade dos serviços e do destino e na ampliação e qualificação da oferta turística. A aposta deve estar centrada no turismo de nichos, em especial nos múltiplos segmentos associados ao turismo na natureza, à hospitalidade e à autenticidade, redirecionando a política de promoção e de captação de turistas para

Quadro 4 | Importância da sustentabilidade e do turismo na natureza (2012).

Grau de concordância com os seguintes aspetos relacionados com o turístico na RAA	\bar{X}	σ
O desenvolvimento do turismo na RAA deve privilegiar a garantia da sustentabilidade ambiental, sociocultural e económica.	4,64	0,54
O turismo na natureza deve assumir a centralidade e ser a imagem de marca do turismo da RAA.	4,35	0,78

Legenda: Escala de avaliação: 1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-nem concordo nem discordo, 4-concordo, 5-concordo totalmente.

\bar{X} - média; σ - desvio padrão.

Fonte: Elaboração própria.

mercados mais especializados e afetivos, o que se repercutirá na melhoria da competitividade e no reforço das representações positivas (Figura 4).

Esta estratégia decorre tanto da análise das forças do destino como de algumas fraquezas identificadas pelos *stakeholders*.

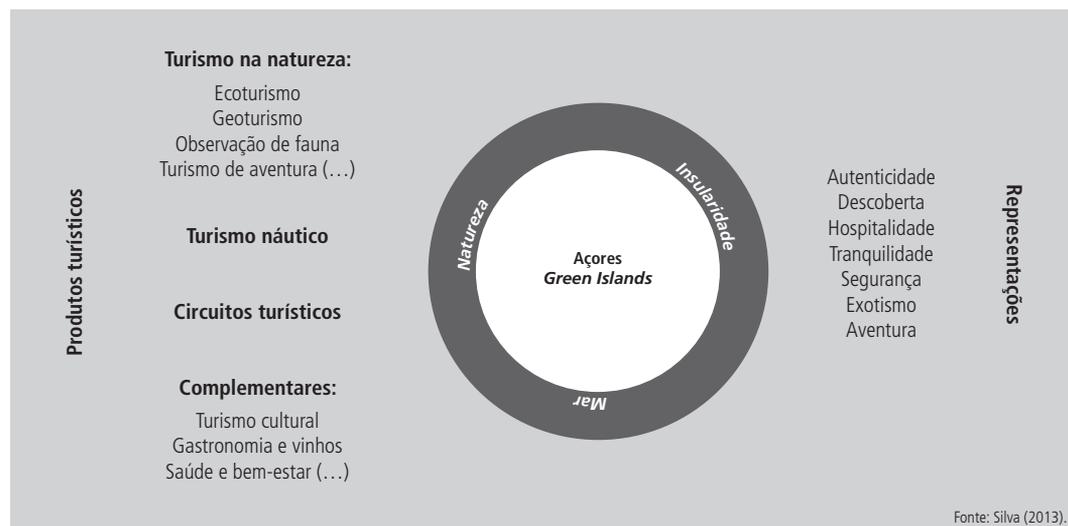


Figura 4 | Representações e forças do turismo dos Açores a potenciar.

Tendo em consideração tanto a reduzida dimensão e a escassez de recursos, como as debilidades da economia, que acentuam a necessidade de reforçar a aposta no turismo, defende-se a adoção de um modelo suportado por uma visão sistémica, considerando uma perspetiva integrada do território, com inclusão de todas as suas dimensões. Ou seja, deve ancorar-se o planeamento setorial ao modelo e diretrizes emanadas de um nível superior, considerando que o desenvolvimento regional deve ser construído a partir do topo e do entendimento do território como um todo, a partir do qual se estabelecem as linhas orientadoras de uma visão identitária como espaço de excelência e das sinergias necessárias para melhorar a eficiência dos investimentos.

A diferença entre uma abordagem holística, hoje tão comum nos modelos de planeamento turístico (Beni, 2006), e uma visão sistémica, decorre essencialmente da abordagem holística ter como base o turismo, considerando-o um sistema, a partir do qual se estabelecem ligações com outros sistemas, enquanto, no caso de uma visão sistémica, o território é

o ponto de partida e o elo que permite construir uma identidade forte e transversal a todos os setores, ambiente e comunidade.

Esta abordagem leva à desconstrução do conceito de território que, como defende Moine (2006), deve ser entendido tanto do ponto de vista espacial e das dinâmicas sociais, como simbólico.

7. Conclusões

O desenvolvimento turístico dos TIPD de transição passa por um posicionamento ancorado em representações positivas associadas à insularidade, ao património natural e à autenticidade. As limitações estruturais comuns à generalidade dos TIPD, conjugadas com a inexistência de praias tropicais idílicas, obrigam a que a oferta tenha de ser sustentada nos recursos endógenos, que são a matéria-prima de múltiplos produtos de nichos, que por sua vez devem ser ancorados numa imagem forte e diferenciadora.

Pelo seu posicionamento geográfico, o arquipélago dos Açores constitui um destino inserido neste grupo relativamente restrito que aqui se designa de TIPD de transição.

A análise do estado da arte e a opinião expressa pelos diversos grupos de *stakeholders* do turismo dos Açores permitem identificar claramente as especificidades desta região. Apesar da existência de importantes dificuldades com as acessibilidades e uma procura turística limitada, este arquipélago apresenta um conjunto de vantagens competitivas e diferenciadoras, que podem ser potenciadas para o desenvolvimento turístico, se devidamente suportadas nas vertentes de planeamento, gestão, empreendedorismo, inovação e qualidade (Silva, 2013).

A definição de uma imagem e posicionamento estratégico são os pontos de partida para a afirmação do destino. Os resultados dos inquéritos aplicados aos turistas que visitam a região (SREA, 2007b) e dos realizados neste estudo a outros grupos de *stakeholders* do turismo dos Açores (Silva, 2013; SREA, 2007a), destacam como elementos fortes da atratividade deste destino a natureza, a paisagem, a autenticidade e a insularidade. Acresce que estas são representações cada vez mais valorizadas nas dinâmicas dos mercados internacionais (Baldacchino, 2006; Cole, 2007; Lowenthal, 2007), constituindo indicações claras para o posicionamento estratégico dos Açores como destino turístico.

As oportunidades e os mercados são múltiplos, mas este destino tem de reforçar os seus fatores de diferenciação, como é o caso de conseguir satisfazer os 'verdadeiros' consumidores de destinos de evasão, que buscam uma verdadeira autenticidade (Uriely, 2005). Aliar estas oportunidades às potencialidades de oferta de turismo náutico e na natureza, permitem criar um destino de excelência, com condições para proporcionar experiências de grande valor aos visitantes, assumindo-se simultaneamente como um destino de emoções.

As especificidades deste território levam a que seja possível e desejável estabelecer uma forte associação do modelo de desenvolvimento turístico

a uma lógica de planeamento territorial integrado. Portanto, mais do que uma abordagem holística, considera-se como preferencial para o desenvolvimento turístico deste território a adoção de um modelo suportado por uma visão sistémica, considerando uma perspetiva integrada do território, com inclusão de todas as suas dimensões (Moine, 2006).

Neste contexto, a imagem do destino deve ser transversal a todo o território, entendido tanto do ponto de vista espacial e das dinâmicas sociais, como simbólico (Moine, 2006). Assim, o planeamento conjugado com uma boa governança, constituem os diamantes da gestão territorial, sendo determinantes para assegurar as dinâmicas necessárias para melhorar a competitividade do destino e promover o desenvolvimento da região.

Referências bibliográficas

- Baldacchino, G. (2006). Warm versus cold water island tourism: A review of policy implications. *Island Studies Journal*, 1(2), 183-200.
- Baldacchino, G. (Ed.) (2007). *A world of islands*. Charlottetown: Institute of Island Studies, University of Prince Edward Island.
- Beni, M. (2006). *Análise estrutural do turismo* (11ª ed.). São Paulo: SENAC.
- Bernardie-Tahir, N. (2005). Des "bouts du monde" à quelques heures: L'illusion de l'isolement dans les petites îles touristiques. *Annales de géographie*, 644(4), 362-382.
- Brunet, R. (2000). Des modèles en géographie?: Sens d'une recherche. *Bulletin de la Société de Géographie de Liège*, 39, 21-30.
- Butler, R. (1993). Tourism development in small islands: Past influences and future directions. In D. Lockhart, P. Shembri & D. Smith (Eds.), *The development process in small island states* (pp. 71-91). Londres: Routledge.
- Butler, R. (2006). Contrasting coldwater and warmwater island tourism destinations. In G. Baldacchino (Ed.), *Extreme tourism: Lessons from the world's cold water islands* (pp. 247-257). Oxford: Elsevier.
- Cole, S. (2007). Beyond authenticity and commodification. *Annals of Tourism Research*, 34(4), 943-960.
- Croes, R. (2006). A paradigm shift to a new strategy for small island economies: Embracing demand side economics for value enhancement and long term economic stability. *Tourism Management*, 27(3), 453-465.
- Falkland, A. (1993). *Hydrology and water management on small tropical islands*. Artigo apresentado no Yokohama Symposium: Hydrology of Warm Humid Regions, Yokohama.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

- Getz, D. (1986). Models in tourism planning: Towards integration of theory and practice. *Tourism Management*, 7(1), 21-32.
- Go, F., & Govers, R. (2000). Integrated quality management for tourist destinations: A European perspective on achieving competitiveness. *Tourism Management*, 21(1), 79-88.
- Gössling, S., & Wall, G. (2007). Island tourism. In G. Baldacchino (Ed.), *A world of islands* (pp. 429-454). Malta e Canadá: Agenda Academic e Institute of Island Studies.
- Hall, C. (2008). *Tourism planning: Policies, processes and relationships* (2ª ed.). Essex: Pearson.
- INE. (2013). *Estatísticas do turismo 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Ioannides, D. (1994). *The state, transnationals and the dynamics of tourism evolution in small islands nations*. Tese de Doutoramento, Rutgers, The State University of New Jersey, New Jersey.
- Lowenthal, D. (2007). Islands, lovers and others. *Geographical Review*, 2(97), 202-229.
- McElroy, J. L. (2006). Small island tourist economies across the life cycle. *Asia Pacific Viewpoint*, 47(1), 61-77.
- Moine, A. (2006). Le territoire comme un système complexe: Un concept opératoire pour l'aménagement et la géographie. *L'Espace géographique*, 35(2), 115-132.
- Moniz, A. (2009). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos de Economia aplicada do Atlântico.
- Pattullo, P. (2003). *Last resorts: The cost of tourism in the Caribbean* (3ª ed.). Kingston: Ian Randle Publishers.
- Royle, S. (2001). *A geography of islands: Small island insularity*. Londres: Routledge.
- Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SREA. (2007a). *Estudo sobre as atitudes dos residentes face ao turismo: 2005*. Ponta Delgada: Serviço Regional de Estatística dos Açores.
- SREA. (2007b). *Estudo sobre os turistas que visitam os Açores: 2005-2006*. Angra do Heroísmo: Serviço Regional de Estatística dos Açores.
- Tkaczynski, A., Rundle-Thiele, S., & Beaumont, N. (2009). Segmentation: A tourism stakeholder view. *Tourism Management*, 30(1), 169-175.
- Uriely, N. (2005). The tourist experience: Conceptual developments. *Annals of Tourism Research*, 31(1), 199-216.
- Vargha, A., & Delaney, H. (1998). The Kruskal-Wallis test and stochastic homogeneity. *Journal of Educational and Behavioral*, 23(2), 170-192.